

UM PASSEIO EM DIAS DE TORMENTAS:

a viagem do Conde d'Eu às províncias do antigo norte do Brasil

A trip in days of storms: the trip of the Count d'Eu to the provinces of the old North of Brazil

Magno Francisco
de Jesus
SANTOS

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

magnohistoria@gmail.com

RESUMO

Em junho de 1889, após a posse do gabinete do visconde de Ouro Preto, o príncipe-consorte do Brasil, Conde d'Eu, saiu em expedição pelas províncias do antigo norte do Império. Tratava-se de uma longa viagem na qual iria percorrer as províncias litorâneas do vasto país, passando por todas as capitais entre o Amazonas e a Bahia. Este artigo analisa as articulações políticas de líderes republicanos e monarquistas acerca dessa viagem, bem como o envolvimento das lideranças provinciais no descerrar do Império. Por meio dos textos publicados na imprensa regional, torna-se possível compreender o envolvimento das elites locais e até mesmo das camadas populares na polarização política ocorrida no fim da monarquia.

Palavras-chave: Política; Monarquia; Conde d'Eu; Movimento republicano; Províncias do norte.

ABSTRACT

In June 1889, after the inauguration of the Ouro Preto viscount's office, the prince consort of Brazil, Conde d'Eu, went on an expedition by the northern provinces. It was a long journey in which would go through the coastal provinces of the vast country, through all the capital of the Amazonas and Bahia. This article analyzes the Republican leaders of political articulations and monarchists on this trip as well as the involvement of provincial leaders in the unveiling of the Empire. Through the texts published in the regional press, the surface is possible to understand the involvement of local elites and even the popular strata in the political polarization that took place at the end of the monarchy.

Keywords: Politics; Monarchy; Count d'Eu; Republican movement; The northern provinces.

Introdução

Uma cidade engalanada. Bandeirolas espalhadas pelas ruas e girândolas preparadas previamente para o grande evento. Tocheiros iluminavam as fachadas das casas edificadas de todos os logradouros do centro. Nos palácios públicos, os servidores corriam para rever os últimos detalhes sobre as cerimônias que iriam ocorrer. Nos corredores de tais prédios, líderes políticos conversavam sobre as reivindicações a serem apresentadas, os itinerários da visita e, evidentemente, os conchaves políticos a serem definidos. Finalmente, após vinte e nove anos, Aracaju voltaria a viver dias de Corte, com a breve recepção de um membro da família real brasileira. Iria compartilhar de uma experiência vivenciada por todas as capitais litorâneas das províncias do norte do Brasil.

Ao longo do segundo semestre de 1889, Gastão de Orleans, o Conde d'Eu, visitou as províncias do antigo norte do Império do Brasil, como uma estratégia de reatar os vínculos políticos com as autoridades regionais. O momento era marcado por pressões oriundas de diferentes setores da sociedade brasileira que defendiam a queda da monarquia e a implantação do regime republicano, originárias do período posterior à Guerra do Paraguai. A instabilidade era a tônica da seara política nacional. Eram tempos de incertezas, de tensões políticas, de reordenamento econômico e de eclosão de ideias contraditórias. Opositores, com forte presença na imprensa nacional, defendiam a queda do governo e a substituição imediata do regime político, tido como sinônimo de atraso e fracasso. O Brasil necessitava ser reinventado. A nação agonizava. Esse era um argumento recorrente entre os críticos da gestão política vigente. Por outro lado, os situacionistas permaneciam buscando ampliar as alianças políticas com lideranças de diferentes rincões do país, na esperança de revelar a permanência da estabilidade, do apoio das camadas populares e de se perpetuar no poder. Essas duas posturas expressavam a face de um país dividido, de uma inexorável crise política.

Esse era o cenário político do Império do Brasil nos idos de 1889. Monarquistas e republicanos se digladiavam na imprensa, com denúncias acerca das mazelas que assolavam a população e punham em risco os direitos conquistados pelos grupos dirigentes. Os segmentos populares, por sua vez, aparentemente permaneciam à margem das discussões políticas partidárias e viviam os dissabores da conquista oficializada da liberdade, mas totalmente destituídos de condições econômicas e sociais para usufruí-la. Ao contrário, estavam à mercê da exploração de empresários urbanos ou de senhores latifundiários, em condições de trabalhos similares aos tempos do cativo.

Este artigo analisa uma temática ainda pouco elucidada pela historiografia brasileira, ou seja, apreende a construção de diferentes memórias acerca da viagem do Conde d'Eu às províncias do antigo norte¹ do Brasil no ano de 1889. A referida temática não chega a ser problematizada, pois existem apenas pequenas referências à viagem, por vezes permeadas de imprecisões. Trata-se de uma leitura que busca compreender as estratégias da monar-

quia nacional no intuito de se aproximar das populações e lideranças políticas provinciais, bem como entender como os opositores republicanos interpretaram essas ações. Momentos de crise e de redefinição política são importantes para a elucidação das articulações entre sujeitos históricos, fossem das elites, fossem das camadas populares.

A excursão do Conde d'Eu pelas províncias do norte do Império do Brasil ocorreu no segundo semestre de 1889, ou seja, no apagar das luzes da monarquia. O itinerário do esposo da herdeira do trono do país foi acompanhado com interesse tanto por monarquistas, como também pelas lideranças da propaganda republicana. Um exemplo disso é o fato de um dos maiores opositores do sistema, o jornalista Silva Jardim, ter acompanhado o príncipe nessa excursão no mesmo navio (CARVALHO, 2007, p. 201). Os impressos afeitos ou críticos ao governo descreviam passo a passo a jornada de Gastão de Orleans nas capitais provinciais. Nesse sentido, percebe-se uma preocupação dos intelectuais da época em reconhecer a relevância política dessa viagem e do próprio sujeito envolto na trama. Prova disso são as descrições contraditórias produzidas por republicanos e monarquistas, publicadas diariamente na imprensa nacional.

Desse modo, nos últimos instantes da monarquia nacional, os passos do herdeiro do trono eram alvo de observações e publicações, como se consistisse em estratégia para propiciar a popularidade de um regime visto como decadente e ignóbil à realidade vivenciada no país. É latente outra questão presente nessas descrições, pois as ações do esposo da Princesa Isabel também poderiam revelar a aptidão do mesmo para gerir um país de proporções geográficas colossais, ou seja, a viagem seria descrita no intuito de reinventar a imagem do genro de Dom Pedro II, ao enaltecer suas virtudes. Com isso, a viagem empreendida no fim de século, se reafirmava como uma excursão na qual o herdeiro do trono, conhecido por suas aventuras na Guerra do Paraguai, passava a conhecer a realidade plural e problemática do Império do Brasil. Era o preâmbulo de um governo vindouro.

Nesse sentido, a presença do Conde d'Eu nas províncias do norte foi diariamente registrada na imprensa regional, fato pelo qual elucida sobre os processos de negociação entre o herdeiro do trono e as elites políticas provinciais. Contudo, após as visitas, a instabilidade política do Império do Brasil ruinou-se, fato repercutido com a queda do regime monárquico e com a implantação do governo republicano. De certa forma, a memória acerca da viagem de um membro da família imperial pelas províncias do norte, mesmo na época se constituindo em episódio raro, tornou-se pouco significativo com o desenrolar da crise política. Nesse caso, se entre os meses de junho e setembro de 1889, a passagem do Conde d'Eu pelo norte era tida como um fato notável, de extraordinária repercussão; em meados do mês de novembro do mesmo ano, essa presença era tida um episódio incômodo e até certo ponto constrangedor. Em tempos republicanos, o passado de vinculação com os princípios monarquistas foi relativamente secundarizado, pois passou a ser tido como uma mácula mnemônica.

Certamente, essa circunstância especial prejudicou os usos dessa memória da via-

gem como elemento identitário na renovação historiográfica regional, empreendida por pensadores da história com estreita vinculação à campanha republicana. A memória que é o alimento, o mel que engendra o ofício do historiador, também é seletiva, alvo de ações de silenciamento, usos e abusos. Nessa nascente historiografia regional, marcada por uma ferrenha defesa da valorização das experiências federalistas e republicanas e encabeçada por nomes como Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, Francisco Antônio Carvalho Lima Júnior, Manoel Curvello e Baltazar Gois, a passagem de um membro da família imperial pelas plagas do norte tornou-se irrelevante, ofuscado e até mesmo esquecido. Pode-se inferir que, nas batalhas da memória, a República sobressaiu-se exultante.

Essa vitória mnemônica dos republicanos é devedora da primeira geração de pensadores da história que atuou de forma sistemática na produção de escritos acerca do passado regional. Homens que, ao longo da segunda metade do século XIX, tiveram uma importante atuação em defesa dos princípios republicanos, na busca de legitimar a ruptura de sistema político e enquadrar o país no seio político das demais nações americanas. Esses intelectuais, defensores impetuosos do novo regime, tornaram-se expressivos nomes entre os inventores das “cousas” passadas, ou, como são mais conhecidos, pioneiros da historiografia regional. Trata-se de pensadores da história na qual, de alguma forma constituíram as balizas dos estudos historiográficos regionais, delinearão os grandes temas, criaram os heróis, estabeleceram marcos temporais. Em suma, foram os responsáveis por terem forjado os fatos históricos. Os estudos produzidos posteriormente a essa geração inauguradora, buscaram romper com o viés analítico, com a metodologia investigativa e com a própria concepção de história, mas permaneceram como devedores das grandes temáticas definidas preliminarmente.

Neste processo, por vezes descontínuo e permeado de tensões historiográficas, os saberes acerca do passado imediato foram relativamente negligenciados. Essa atitude, entre os intelectuais atuantes ao longo dos primeiros decênios do século XX, é relativamente compreensível, pois se tratava de um estilo recorrente no *modus operandi* das pesquisas históricas vigentes na época. Um sinal veemente dessa perspectiva, entre os intelectuais do final do século XIX e início do XX, é Felisbelo Freire. O pensador da história, tido como autor da obra inaugural da historiografia sergipana, apresenta como marco final de seu enredo a mudança da capital, ocorrida nos idos de 1855. Nesse caso, ele rompe sua análise com uma segura margem de trinta e cinco anos em relação ao tempo de escrita e evita com isso discutir o tempo no qual esteve envolto na trama histórica. Na busca por um método coeso, rigoroso e objetivo, ele se afasta da história imediata (FREIRE, 1891).

Contudo, essa assertiva não é totalmente plausível para a elucidação dos silêncios acerca do período imperial, especialmente ao considerar os primeiros estudos históricos vigentes no limiar dos séculos XIX e XX. Na ânsia de produção mnemônica acerca da campanha republicana, bem como de edificar novos heróis atinentes ao regime político nascedouro e de explicitar as origens da ideia republicana, dois importantes intelectuais

produziram obras de cunho histórico, com ênfase para os episódios vividos no passado próximo. O primeiro deles foi um dos líderes do movimento republicano e integrante do primeiro triunvirato provisório que governou o estado após o episódio de 15 de novembro de 1889. Tratava-se de Baltazar Gois, intelectual de forte atuação no campo político e que produziu uma obra de teor histórico no calor dos acontecimentos nos idos de 1891. O outro, Manoel Curvello, também integrante do movimento republicano, que em 1896, buscou apontar algumas imprecisões do livro de Baltazar Góes por meio de um texto que revelava a gênese das ideias republicanas em Sergipe. Nesses dois livros prevalece o silêncio sobre a presença efêmera do Conde d'Eu, pois nem chega a mencionar a oposição travada sobre esse episódio em jornais como o *Republicano*.

A viagem do Conde d'Eu pelas províncias do antigo norte do Brasil tornou-se um objeto silenciado no âmbito da historiografia nacional e até mesmo na produção acerca do passado regional. Ao contrário do que preconizava a produção histórica oitocentista, o consorte da Princesa Isabel não chegou a ser cristalizado na cultura histórica nacional como um dos heróis, tornando-se personagem secundário nas explicações acerca da política imperial. As pesquisas referentes à trajetória do homem que nasceu na França e se tornou esposo da mulher que seria a nova imperatriz do Brasil são escassas e ainda marcadas por imprecisões. O Visconde de Taunay, intelectual que acompanhou o Conde d'Eu na Guerra do Paraguai e se tornou testemunha ocular, elucida a relevância de sua participação no conflito bélico sul-americano:

Transmitidas ao governo imperial pelo ministro as notícias do estado desorganizado do exército e da necessidade de quanto antes dar-lhe modificação, por medidas prontas e radicais, ficou decidida a nomeação do Príncipe Conde d'Eu, genro do Imperador e casado com a Princesa Imperial desde 15 de outubro de 1864, para comandante-em-chefe das forças em operações na República do Paraguai. Era ele marechal honorário do exército e grã-cruz de todas as ordens honoríficas do Brasil, bem como almirante honorário o Duque de Saxe, casado meses depois do concunhado, em dezembro de 1864 com a Princesa D. Leopoldina. (TAUNAY, 2008, p. 25).

Certamente, a Guerra do Paraguai foi o episódio que atribuiu maior ressonância na trajetória do Conde d'Eu como um importante sujeito histórico do último quartel do século XIX. A atuação no campo de batalhas levou o príncipe a ser visto por ambiguidades na historiografia brasileira, com interpretações permeadas de polêmicas e questionamentos. Apesar de ter sido visto como herói de guerra, a nova historiografia brasileira vem demonstrando a sua relutância em ser enviado para o maior conflito da América do Sul. Na análise mais completa acerca da família imperial brasileira, Lília Moritz Schwarcz (2008, p. 310-311) afirma:

Até Isabel enviou carta a seu pai, em 22 de fevereiro de 1869. Nela a princesa não economizava a exposição de motivos mais ou menos pessoais: "Lembro-me, Papai, que na cascata da Tijuca, há três anos, Papai me disse que a paixão é cega. Que a sua paixão pelos negócios da guerra não o tornem cego! Além disso, Papai

quer matar o meu Gaston: Feijó recomendou-lhe muito que não apanhasse sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar-lhe isso quando se está na guerra?...” Mas nem os argumentos mais sentimentais foram suficientes para demover o imperador. Agora o conde D’Eu se achava à frente de um exército de 26 mil homens, cansados e loucos para desertar. Ai estava uma tarefa inglória: o príncipe-consorte se transformava numa espécie de capitão-do-mato, atrás de López.

Percebe-se como a trajetória do príncipe-consorte no Império do Brasil constitui uma experiência permeada de dúvidas, suspeitas e hesitações. O neto de Luís Felipe, rei deposto do trono francês em 1848, foi expulso de seu país e passou a juventude na Espanha. Ao casar-se com a Princesa Isabel, finalmente poderia cumprir com o seu destino de se tornar um monarca. Entretanto, essa não era uma tarefa simples, pois a monarquia brasileira oscilava na opinião pública de políticos e da própria população (RANGEL, 1935). O crescimento da imprensa opositora levou-o a se tornar um dos alvos centrais das chacotas referentes ao regime político. Faltava-lhe popularidade. Sobravam-lhe hostilidades.

As ironias permeavam a imagem do Conde d’Eu. Na imprensa, os termos mais utilizados eram a respeito de seu apelo ao mundo religioso e seu aspecto avarento. Nas ruas, a situação era ainda mais depreciativa. De acordo com José Murilo de Carvalho (2007, p. 91), até mesmo o seu sobrenome estrangeiro se tornou alvo das malícias das camadas populares. Entretanto, Lília Moritz Schwarcz (2008, p. 244) afirma que “o Conde d’Eu representava uma extensão, um braço do imperador em suas atividades de monarca, em suas relações com a corte”. Nessas relações, permeadas por inúmeras recepções e reivindicações por parte das lideranças políticas provinciais, o conde se tornou um importante sujeito histórico para intermediar essas negociações, levando-se em consideração o fato do imperador ser pouco afeito às cerimônias. Carvalho (2007, p. 94) elucida a simplicidade da vida na corte e como isso incomodava a elite nacional.

Nesse universo de corte com parcas solenidades e permeadas de simplicidade, o Conde d’Eu se tornou o apoio do monarca adoecido para a governança do vasto Império. Nesse caso, as viagens de exploração, voltadas para o conhecimento da diversidade de províncias e das autoridades locais, se tornava uma exigência na vida do príncipe-herdeiro, principalmente ao se considerar a crise política enfrentada no pós-guerra do Paraguai.

Os anos posteriores aos conflitos foram marcados pela perda de prestígio da família imperial, que paulatinamente perdia o apoio das lideranças políticas e o respaldo popular. Nesse ínterim, torna-se plausível compreender a viagem do príncipe como um ultimato na busca do reestabelecimento da seguridade política do regime. Esta assertiva se torna crível ao se observar a leitura de um dos poucos registros historiográficos da passagem do Conde d’Eu, realizado por João Pires Wynne. Na sua combatida História de Sergipe, ele analisa a conjuntura na qual a monarquia perdia apoio popular. Em suas palavras:

Um velado descontentamento se espraiaava.
Reflexo do que afirmamos, a visita do Conde D’Eu que, chegando no ano de 1888, na sua excursão pelo norte, saltava, seguindo logo

para o Palácio do Governo, sem grande acompanhamento, sem alvoroço entusiástico, e logo continuando a sua viagem. (WYNNE, 1970, p. 236).

Apesar de haver a inexactidão do marco temporal, com o equívoco do ano da viagem, Wynne (1970) revela a inconsistência do prestígio da monarquia brasileira por meio da ausência da população nos atos de recepção do Conde d'Eu em sua rápida passagem pelas províncias do norte. Tratava-se de uma aventura sem impacto na vida política das cidades visitadas, frestas reveladoras das transformações que iriam ocorrer.

Uma viagem pelo antigo Norte

As viagens de membros da família imperial brasileira foram recorrentes ao longo da segunda metade do século XIX. Geralmente, essas viagens, tanto no âmbito do território nacional, como para outros países, se tornaram momentos efusivos, sobretudo por tornar possível a reconstrução de alianças políticas, obter respaldo imperial, incluindo títulos nobiliárquicos. Por esse motivo, a formação de comitivas de recepção nas províncias envolvia a atuação de algumas das principais autoridades políticas locais.

Percebem-se como essas recepções envolviam interesses nas mercês imperiais, por meio da política de distribuição de títulos nobiliárquicos. A passagem do monarca pelas províncias do norte tornou-se um evento único, de grande repercussão na sociedade, por uma agenda permeada de bailes, banquetes, recitais e *Te Deum*. Diferentes atores sociais envolvidos na recepção passaram a solicitar títulos e honrarias imperiais, no momento posterior à passagem do imperador. São exemplos, além do senhor de engenho Domingos Dias Coelho e Melo; o vigário colado de São Cristóvão, José Gonçalves Barroso (SANTOS, 2015). No entender de Schwarcz (2008, p. 357), "em suas viagens o monarca tomava posse e unificava a representação". A biógrafa do imperador ainda assevera sobre as suas experiências nas viagens pelo território imperial:

Mas a cidade-corte não era o Brasil, e era preciso que o imperador fosse visto por todo canto, prestigiando assim as localidades mais distantes. A presença de d. Pedro II em outras cidades e províncias era ao mesmo tempo necessária até para que a monarquia se fortalecesse e preservasse a unidade nacional. Foi assim que entre 1859 e 1860 o monarca visitou o nordeste, tendo sido recebido com grandes festas na Paraíba, no Espírito Santo, na Bahia, em Pernambuco e em Sergipe. (SCHWARCZ, 2008, p. 357-358).

As viagens imperiais também foram promissoras no processo de construção da memória. O imperador, ao passar pelas províncias, realizava anotações em seu diário, com registros escritos e iconográficos acerca do cotidiano das aulas públicas, dos sermões e dos aspectos gerais das cidades visitadas. Também era recorrente a publicação da programação dos eventos a serem realizados em cada província e os relatórios produzidos por intelectuais vinculados ao poder público. Na viagem para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, além desses registros, o genro do monarca publicou um livro evidenciando os principais acontecimentos ocorridos nos idos de 1865 (D'EU, 1981).

Isso explicita como, nos primeiros anos após o casamento imperial, o príncipe-consorte já estava envolvido com as experiências sociais das viagens políticas. Uma experiência que se perpetuou ao longo de toda a sua vivência no Império do Brasil, até o ano do exílio em 1889. Entretanto, nessas viagens ou excursões, forma pela qual a imprensa as denominava, o papel do Conde d'Eu transmutou-se consideravelmente, deixando de ser um elemento coadjuvante, no qual apenas era o responsável pelas anotações das ações do sogro, Dom Pedro II, para tornar-se, paulatinamente, protagonista das viagens, à medida que a saúde do imperador tornava-se mais debilitada (BARMAN, 2007).

Ao longo das décadas de 70 e 80 do século XIX, Dom Pedro II realizou importantes viagens, como a sua primeira ida à Europa, em 1871, e a turnê por vários países do mundo em 1876. A viagem inaugural teria sido em decorrência da morte da princesa Leopoldina, quando, em luto, o monarca resolveu excursionar pela Europa e por países do Oriente Médio, em companhia do segundo genro, viúvo de Leopoldina, o Duque de Saxe, e dos dois netos: Pedro Augusto e Augusto Leopoldo. Com isso, "a viagem tinha, assim, seu lado 'instrumental'. Se de dentro do país o imperador viajava e alastrava sua memória, fora de seu Império, 'igualava-se à civilização'" (SCHWARCZ, 2008, p. 369).

Os dois tipos de excursões expressam objetivos distintos acerca da política imperial brasileira. No âmbito interno, a passagem da família imperial elucidava o propósito de reconhecer o seu território, de demarcar a imagem do império em diferentes plagas, de reafirmar a presença simbólica do poder materializado pelos membros da família soberana. No âmbito externo, os passeios assumiam outra perspectiva, na qual reafirmava a erudição da família, especialmente o imperador, como também construía a representação em que o Brasil se legitimava como uma nação civilizada, ou melhor dizendo, como a "Civilização dos Trópicos". Nas principais nações do mundo, o monarca buscava elucidar a imagem de cidadania, de um intelectual brasileiro (SCHWARCZ, 2008, p. 373).

Esse processo de construção imagética empreendido pelo imperador torna-se salutar na compreensão das críticas tecidas a respeito da monarquia. Enquanto os encontros internacionais com intelectuais, como o músico Wagner e o escritor Victor Hugo, imprimiam uma representação de intelectualidade para Dom Pedro II, a recorrência de viagens internacionais tornava as críticas publicadas na imprensa nacional mais ácidas. Ele foi ridicularizado por suas viagens frequentes, pela erudição e foi tido como "um monarca itinerante" (SCHWARCZ, 2008, p. 416).

Nos últimos anos do período imperial, a família realizou novas viagens. Em 1886, eles fizeram uma excursão pelo interior da próspera província de São Paulo, na qual resultaram inúmeras notícias que foram manchetes na imprensa nacional (VIAGEM..., 1886, p. 1). Contudo, em face dos problemas de saúde do casal imperial, as viagens gradativamente passavam a ter outro membro da família como protagonista, o Conde d'Eu. Genro do imperador e visto com desconfiança pelas elites brasileiras, Gaston d'Orleans realizou algumas incursões pelas províncias próximas da corte nos últimos anos da década de 80 do século XIX.

Entretanto, a viagem interna mais longa e de maior respaldo nos interesses da política na-

cional foi empreendida no segundo semestre de 1889. Era um ato de tentar se aproximar das lideranças políticas, de angariar apoio contra a crise institucional que assolava o país. Neste sentido, entre os meses de junho e setembro de 1889, o príncipe-consorte realizou uma das mais complexas viagens oficiais do período imperial, envolvendo praticamente todas as províncias litorâneas do antigo norte do Brasil.

Essa viagem pelo norte deveria ser um empreendimento voltado para a legitimação do governo e a reconstrução de uma identidade monarquista (CALMON, 1941). Mas desde os primeiros momentos, o príncipe enfrentou dificuldades com os embates dos opositores, incluindo a presença de um dos maiores opositores do regime, o polemista Silva Jardim, que viajou até Recife na mesma embarcação que levava o esposo da Princesa Isabel. A viagem seria iniciada após a posse do Visconde de Ouro Preto como presidente do Conselho dos Ministros. Para Carvalho, esse teria sido o último ato antes do propagado golpe de 15 de novembro. Nas palavras do autor:

A essa altura, o imperador lhe perguntou qual seria, na hipótese da República, o destino do reinado de sua filha. Saraiva, tão arguto quanto Cotejipe, embora menos conservador, retrucou que o reino de Isabel não era deste mundo. Expressiu numa frase a opinião quase geral, mesmo entre os monarquistas, de que a herdeira se preocupava mais com religião do que com política, ou que via a política como dependente da religião. Acrescentou ainda Saraiva que o conde D'Eu tampouco era benquisto, sobretudo pelos negócios de aluguel de estalagens em que se metera. Diante dessa franqueza quase brutal, a resposta do monarca foi convidar Saraiva para organizar o governo. (CARVALHO, 2007, p. 203-204).

Os herdeiros do trono do Império não eram vistos como capazes de governar o país. Uma princesa excessivamente inserida nas questões da Igreja, casada com um homem entranhado nos negócios com aluguéis de sobrados na Corte, aumentava a proliferação de desconfianças acerca do destino do Brasil, matizadas em frases irônicas como a que foi proferida por Saraiva, na qual o reino de Isabel não seria deste mundo. Nesse contexto, tido como irreversível, Gaston d'Orleans buscou fazer da viagem um ato de campanha pela manutenção da ordem monárquica. O êxito, contudo, era algo difícil de ser alcançado. Prova disso é a forma debochada na qual o jornal pernambucano anunciou a visita ilustre e ao mesmo tempo indesejada: "Uma visita. Sabe-se que S. A. o Sr. Conde d'Eu deve aqui chegar no dia 17. O que vem fazer?" (UMA..., 1889, p. 2).

Essa empreitada, todavia, foi acompanhada por um opositor sagaz, ferrenho defensor dos princípios republicanos e autor de textos de forte teor contra a família imperial. Antônio da Silva Jardim usaria da viagem para a cidade de Recife como um ultimato no arregimento de lideranças na campanha republicana e na derrocada da monarquia. Carvalho (2007, p. 203), mesmo com o equívoco da data da viagem, comenta os impasses entre o conde e o líder republicano:

Ridicularizavam-no por tudo, pela avareza, pela exploração de aluguéis de cortiços, por ser carola, desengonçado, malvestido, surdo, por falar um português carregado de erros. Era "francês". Silva

Jardim, o mais exaltado propagandista da república, escolheu-o como alvo predileto de seus violentos ataques. Seguiu-o na viagem que fez ao Norte em 1888, e em discursos públicos pedia nada menos que o fuzilamento do conde, sonhando com uma nova Revolução Francesa no Brasil.

De acordo com Maria Fernanda Lombardi Fernandes, a exaltação dos ânimos de Silva Jardim chegou a levá-lo a defesa de atos extremos, pois “retomando as críticas à possibilidade do terceiro reinado, avança no radicalismo, chegando a propor a execução do Conde D’Eu se este se mostrasse hostil ao país” (FERNANDES, 2008, p. 115). Na viagem ao norte do Brasil, o Conde d’Eu iria conviver com o homem que havia defendido publicamente, por meio da imprensa, a sua execução. Os propósitos do radical republicano era provocar a fragilização dos monarquistas, fato crucial para revelar a inabilidade do Império em lidar com as pressões republicanas. Com isso,

Planejou um *meeting* na capital do Império quando o gabinete ainda estava sendo composto. Seu plano inicial era indispor Ouro Preto com a opinião pública, levando-o à proibição do encontro – sinal de autoritarismo -, ou à sua aceitação – sinal de fraqueza. Essa seria a primeira parte do plano. A segunda seria a viagem no mesmo vapor do Conde D’Eu para o norte. No entanto, parte de seus planos foi obstada pelo Partido Republicano, que desautorizou a organização do *meeting* na capital. (FERNANDES, 2008, p. 136-137).

Percebe-se como o jovem intelectual republicano, de forte presença na imprensa nacional, buscou usar a sua imagem como instrumento de desestabilidade política. Ele buscava aproximar-se do príncipe como estratégia para revelar a popularidade das ideias republicanas e a decadência da monarquia, como um passado obsoleto a ser suplantado. Nessa viagem para o norte do Brasil, Silva Jardim pretendia reencontrar alguns dos líderes republicanos da região, especialmente de Pernambuco, província na qual as ideias republicanas eram bem aceitas e, de acordo o próprio Jardim, ele tinha o apoio “de um grupo ainda numeroso de amigos” (JARDIM, 1891, p. 351). Apoios a Jardim eram oriundos de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de setores do Rio Grande do Sul, Minas, Bahia e São Paulo. Apesar das recomendações do partido, Silva Jardim deu sequência à segunda parte de seu plano, embarcando com o Conde d’Eu no vapor Alagoas com destino ao norte do Império. Maria Fernanda Lombardi Fernandes descreve parte das polêmicas emergidas a partir dessa viagem do desgastado príncipe-consorte com a presença incômoda de Jardim:

O príncipe programou sua viagem até o Amazonas, mas Jardim pretendia parar em Pernambuco – onde tinha fortes aliados. A viagem do propagandista foi tomada como provocação pelo partido, que não amparou seu gesto, mas que colheu muitos frutos com ele, principalmente depois dos tumultos ocorridos na Bahia, quando do seu desembarque.

Prosseguindo a viagem, o Conde D’Eu e Silva Jardim passaram por Alagoas, onde a receptividade ao propagandista foi boa, segundo seus relatos, e chagaram finalmente a Recife, onde Jardim encontrou um apoio bastante efetivo, mas também as oposições. Após alguns meetings em cidades próximas a Recife, os republicanos lançaram um manifesto em 19 de julho, marcando um comício em praça pública no Recife. Os monarquistas, por meio da

imprensa, desafiaram e ameaçaram o encontro, prometendo atirar a Guarda Negra sobre os republicanos. O clima ficou de tal modo pesado e os ânimos acirrados que mesmo o chefe de polícia assinou um documento em que afirmava não poder garantir a ordem na cidade se o comício fosse realizado. (FERNANDES, 2008, p. 138).

As recepções aos dois políticos portadores de propostas antagônicas foram polêmicas, permeadas de tensões entre os grupos opositores, com sérias ameaças de conflitos. Pelas ruas de Salvador e de Recife, as agitações populares e a insegurança com a inércia do corpo policial eram vistas pela imprensa republicana como um sinal da vitória incontestável do movimento, pois era notória a incapacidade dos monarquistas em exercerem o controle sobre as massas populares e garantir a segurança dos líderes. A proposta de Silva Jardim de excursionar ao norte tornou-se exitosa e mostrava a vitalidade de suas propostas republicanas. De acordo com Francisco Foot Hardman (1998, p. 280), “a República sonhada por Jardim funda-se nessa estranha fusão entre humanismo iluminista e revolta romântica. Sua utopia será sempre extravagante”.

Na viagem de ida, o vapor Alagoas atracou em Salvador, cidade na qual os monarquistas foram hostis à presença de Antônio Silva Jardim, com ameaças de morte, ataques morais e a formação de um burburinho que expressava o teor de um contexto de animosidades. A Bahia mostrou-se conflituosa, mas ainda com forte presença dos monarquistas, defensores dos membros da família imperial. Isso iria repercutir na viagem de retorno do Conde d’Eu, que passaria vários dias visitando as principais cidades da região do recôncavo.

O governo, por sua vez, foi acusado de ser autoritário e incapaz. Jornais como o Norte noticiavam os episódios ocorridos em Recife e os textos passaram a ser veiculados em inúmeros impressos das demais províncias, gerando um burburinho acerca da fragilidade monárquica. A situação se tornou ainda mais delicada em decorrência de um pronunciamento inapropriado realizado pelo Conde d’Eu em Recife, no qual mostrava a força das lutas de reivindicação republicana empreendida pela imprensa. De acordo com Maria Fernandes, ele teria dito que “a monarquia não pretendia resistir à opinião pública. Ao contrário, comprometia-se a se submeter ao pronunciamento dela, feita pelos meios populares” (FERNANDES, 2008, p. 139). Uma frase infeliz, que para alguns era tido como o tiro de misericórdia do regime imperial. De qualquer modo, após esses impasses vivenciados em Recife, Silva Jardim entendeu que sua missão estava cumprida e retornou ao Rio de Janeiro, apesar de ter sido convidado por autoridades republicanas para visitar o Ceará.

O Conde d’Eu, sem a companhia de seu grande opositor, continuou sua jornada pelo norte do Brasil, visitando as províncias entre o Amazonas e a Bahia. Uma longa viagem, perscrutada por críticas da imprensa republicana e ausência de respaldo das camadas populares. Em cidades como Belém, capital da província do Pará, a passagem imperial teria sido imperceptível, sem qualquer agitação do povo. Essa reação popular, ou melhor dizendo, ausência da população para receber o herdeiro do trono, pode ser entendida como uma resposta do longo processo de construção de uma imagem depreciativa do Conde

d'Eu por parte da imprensa. Os últimos anos do império foram marcados por uma guerra entre os políticos e jornalistas contra a monarquia. Nessa guerra imagética, o alvo central era o nobre francês, expulso de seu país e que buscava se reerguer na corte dos trópicos. Gaston d'Orleans era um nobre nascido para ser rei, exilado de seu país natal e que ao casar-se com a herdeira do trono brasileiro poderia finalmente cumprir com seu desígnio de governar um império. Mas faltava-lhe carisma e a imprensa enxotava o povo a buscar qualquer aproximação. Prova disso é o irônico texto publicado no *Jornal do Povo*, na capital pernambucana, no final de março de 1889. Com o icônico título de tacadas, o texto apresentava ideias emblemáticas acerca do nobre:

Sua Alteza o Conde d'Eu está muito sentido pelos danos que tem causado a febre amarela na Corte e em São Paulo!...
S. Alteza é tão sensível...
Quem estará esquecido de Pierre-bebebuy?
Quem estará esquecido do sentimentalismo de que se deixou dominar depois da vitória das armas brasileiras?...
Os espíritos máos é que dizem que S. Alteza aluga cortiços no Rio de Janeiro e faz certas negociatas, nós, que somos uns rapazes bem formados e conformados nunca nos atrevemos a tanto.
Vejam agora com que piedade ele vive a procura dos enfermos?...
Digam se lá o Frei Ferreira Viana faz tanto quanto ele?
Poderá chegar, ora falemos sem rethorica, poderá chegar aos pés do generoso rebento orleânico?
Ele poderá parodiar o poeta que exclamou:
"Zoilos! Tremei, posteridade és minha"
Sim ele poderá parodiar o poeta regimento.
Só um coração angélico seria capaz de tanta abnegação, de tantas vigílias e sacrifícios sem conta...
Só ele poderia tentar uma ascensão pela febre amarela... só ele...
(FOLHETIM..., 1889, p. 1).

A ironia permeia todo o enredo textual, com ênfase para as contradições entre os atos de suposta piedade do nobre francês e suas ações no mercado carioca com os lucros obtidos por meio do aluguel de cortiços. Vale recordar que, nos idos de 1889, grande parte dos cortiços cariocas foram alugados por negros oriundos das antigas fazendas onde eram escravizados. Os libertos, no pós-abolição, viviam em condições extremamente precárias, desprovidos de indenizações e entregues a péssimas condições de salubridade. Esse fato foi usado de forma grandiloquente pelos opositores da monarquia com o intuito de repelir qualquer ação de carisma dos membros da família imperial. O Conde d'Eu tornou-se algoz da cidadania, do respeito ao outro, do altruísmo. Isso se tornou mais notório quando foi noticiado o uso de panfletos denegrindo a imagem do príncipe:

O Conde d'Eu
Diz o Novidades:
"Espalharam-se imensamente pelas ruas da cidade e pregaram pelas paredes vários boletins contra a pessoa do Sr. Conde d'Eu.
A polícia, um sargento e 5 praças, em peregrinação pelas ruas, deuse ao trabalho de os rasgar no meio da surriada da população". (O CONDE..., 1889, p. 1).

O *Jornal do Povo* foi categórico em apresentar textos críticos à pessoa do Conde d'Eu. Pode-se afirmar, até mesmo, que essa foi a tônica central da política editorial do impresso

pernambucano. Todavia, percebe-se que tais críticas estavam em consonância com outra perspectiva da cultura política provincial do *Leão do Norte*. As elites pernambucanas, monarquistas ou republicanas eram pouco afeitas à presença de líderes oriundos do Sul do país, portadores de suas lições democráticas ou patrióticas. No dizer dos impressos provinciais, se torna vigente a ojeriza em aceitar essas imposições, pois prevalecia a leitura na qual Pernambuco era tido como o pioneiro na difusão da política republicana ou na defesa da pátria. A recepção do príncipe e do líder republicano carioca era tratada com o mesmo teor de desdém, com a mesma desconfiança, como se ambos fossem estrangeiros com ar de superioridade. Eram presenças desnecessárias. Essa leitura difundida pelos impressos revela uma conotação inovadora e até certo ponto contraditória acerca das identidades regionais no seio de uma política centralizadora do Império. Apesar dos conflitos e dos interesses na política brasileira, em defesa ou em oposição ao regime político, havia algo que suplantava essa dualidade: a identidade pernambucana. Isso está presente no texto publicado no *Jornal do Povo* a respeito da recepção do Conde d'Eu e de Silva Jardim:

Mundos e fundos

Ora, graças a Deus e a civilidade popular!

Graças, mil graças, por estarmos hoje vivos, são como pêros.

O povo pernambucano mais uma vez colocou-se a altura do seu civismo; mostrou que sabe, quando é necessário – rugir como um leão ou – dormir como uma lorpa.

Hontem, nada disto.

Movido pela *curiosidade* assistiu em primeiro lugar ao desembarque de S. A. o Sr. Conde d'Eu e acompanhou-o alegre, risonho, sem manifestar solidariedade com a instituição que S. A. representa, nem também antipathia ao illustre viajante.

Depois, o povo, regressou de palácio a procura do Sr. Silva Jardim e da mesma forma não significou devotamentos à ídolos, nem, como nossos irmãos da terra do *vatapá*, assobiou, vaiou, desprestigiou o talentoso rapaz.

Isto é que é povo, isto é que é massa fina, de araruta ou porvilho de arroz...

Não é peixe, nem é carne, quando entende que não adianta ser carne ou peixe.

Este povo pernambucano, pensa comigo, que faço parte dele.

O que significa a vinda de S. A. Imperial ao Norte?

Digam-me, digam-me, por favor.

S. A. veio fazer propaganda monarchica, pôr um cravo na roda das idéas democráticas, roda que corre com o impulso natural do tempo, da evolução scientifica?...

Quaes os elementos que dispõe S. A. para fazer esta propaganda?

A palavra? – não; a sua figura? – menos; o aparato oficial? – ainda menos.

O que veio fazer, pois, S. A. Imperial?!

Para mim e para o povo, o Sr. Conde d'Eu, é um simples viajante, talvez um *touriste* que anda a *estudar* os costumes da raça brasileira que não são os da rua do Ouvidor que S. A. conhece.

E em que pode prejudicar a propaganda republicana a viagem de S. A. ?

Não sei; mas creio que em nada.

S. A. faria a sua viagem sem tanta *barafunda*, tanto *espalhafato*, se o Sr. Silva Jardim não quisesse acompanhá-lo, querendo ser para a S. A. a *sombra de Banquo*...

E vem a propósito a pergunta, o que veio fazer o Sr. Silva Jardim ao Norte do Império?

Visitar os seus correligionários e amigos? – está no seu direito; estudar o ânimo popular para julgar do advento da república? – justifica-se; procurar angariar sympathias e influencias políticas para ser sagrado *de uma vez* chefe da futura república? Ninguém tem de tomar-lhe contas si não os seus próprios correligionários.

O que, porém, não é um direito de S. S., o que não se justifica, o que eu levo em grande consideração, é – o talentoso moço julgar-se bastante forte, consideravelmente valeroso, para amedrontar o Príncipe ou para vir do Sul dar lições de patriotismo, de abnegação, de democracia, de valor stoico, ao Leão do Norte, à este povo que tem desprezado conselhos de velhos estadistas e que por certo, não escutará os de uma inteligência, valerosa é verdade, mas, sem experiência da vida, sem conhecimento real do mundo.

O povo pernambucano, o que pensa commigo ou com quem eu penso, tem bastante tolerância e cavalheirismo para não apurar os Jardins republicanos; (MUNDOS..., 1889, p. 1).

O artigo publicado no impresso do *Leão do Norte* expressa nitidamente a predominância da exaltação dos valores tidos como distintivos da identidade provinciana. Se os textos publicados anteriormente enfatizavam uma oposição ao regime monárquico, com fortes elementos para desconstruir a imagem do Conde d'Eu, neste artigo as ações de Silva Jardim com a intenção de inibir a livre ação do príncipe também são alvo de ponderações. O impresso busca valorizar a liberdade em sentido mais amplo e irrestrito para os dois lados políticos, por sinal, tidos como elementos exógenos à cultura política provincial de Pernambuco. O acompanhamento popular dos dois políticos pelas ruas do Recife é tido como uma curiosidade e não implicava em adesão a nenhum dos grupos. Neste sentido, essa assertiva é um testemunho valioso para a compreensão do processo de construção das identidades regionais no seio da política centralizadora empreendida pela monarquia brasileira. Talvez, possa ser vista até mesmo como uma continuidade de um sentimento regionalista, fortalecida pela própria formação de uma elite intelectual no âmbito da Faculdade de Direito de Recife e consolidada por meio dos embates no Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.

Por esse motivo, a viagem do Conde d'Eu é apresentada como um equívoco na política imperial, pois a figura mais antipática da nobre família saíra pelo país no intuito de promover a propaganda do regime e conquistar a simpatia popular. Como anotou o *Jornal do Povo*, "o Conde d'Eu pensando despertar sympathias, foi como a pedra de toque para conhecer o pensamento da nação que repele hoje todo e qualquer poder compressor" (ÚLTIMOS..., 1889b, p. 1).

Enquanto o genro de Dom Pedro II excursionava pelo norte, sem efetivar maior aproximação com o povo, na corte, o Visconde de Ouro Preto tentava arregimentar apoio entre os opositores ao regime, possivelmente como um ultimato para a permanência da monarquia. De acordo com Carvalho, o visconde tentou aproximar-se dos militares, com a distribuição de cargos.

Ao assumir, Ouro Preto, aconselhado por correligionários, tentou apaziguar os militares colocando dois deles no ministério, o que não era usual. Para o Ministério da Guerra, escolheu um primo de

Deodoro, o visconde de Maracaju. Na Marinha, pôs um almirante, o barão de Ladário. Os dois eram amigos do Conde d'Eu. Para ajudante geral do Exército, uma espécie de chefe de estado-maior, foi buscar o general Floriano Peixoto. (CARVALHO, 2007, p. 211).

Um fato importante nessa política de reconciliação do governo com grupos opositores é a busca de nomes que posteriormente se tornariam líderes do regime republicano, assim como a presença de militares com vínculos políticos nas províncias do norte, como o alagoano Floriano Peixoto e o sergipano Rufino Enéias Gustavo Galvão, o Visconde de Maracaju. Isso demonstra como o norte do Império era visto como uma região estratégica na tentativa de manutenção da ordem e do próprio governo monárquico. O estreitamento das alianças era tido como vital para atingir tais propósitos e tanto a viagem do conde como a inserção da política conciliadora do Visconde de Ouro Preto elucidam essa preocupação. O êxito, contudo, não foi o esperado. A recepção de Gaston d'Orleans, em muitas províncias, não foi cálida, desprovida da expressiva participação popular e até mesmo preparada de última hora pelos correligionários indefinidos politicamente. Esse foi o caso das recepções empreendidas nas províncias do Pará e do Maranhão.

Recife, 9 de julho de 1889.

Os últimos factos

A recepção do Sr. Conde d'Eu no Pará bem demonstram quanto aquella longínqua província tem desejos de separar-se da coroa.

Pode-se ainda dizer que procura oportunidade de desforrar-se do menosprezo que tem sido considerada, que não perdoa, e a prova está na recepção do Conde d'Eu.

O officialismo tudo pode fazer, menos dar às festas o carácter popular. No Maranhão a mesma glacial recepção.

O que exprime tudo isto?

O desgosto que lavra nas camadas populares, a convicção de que o Brazil podia ser mais feliz si houvesse patriotismo nos homens mais elevados do Estado. (ÚLTIMOS..., 1889a, p. 1).

Entre o final dos meses de julho e agosto, o príncipe-consorte visitou as províncias do norte, com rápidas passagens nas capitais e principais cidades litorâneas. O tempo de permanência em cada localidade variava de acordo com o teor da recepção. Quanto mais tépida fosse, mais tempo passaria. Por esse motivo, a imprensa carioca informava com imprecisão as datas de saída em cada localidade, sem revelar exatamente o tempo que duraria a viagem.

Em busca de popularidade e da adesão de novos aliados para a manutenção do regime, ao passar por Alagoas o Conde d'Eu estendeu seu passeio pelo leito do São Francisco, visitando algumas cidades ribeirinhas das províncias de Alagoas e Sergipe. O ânimo na recepção teve inúmeras oscilações, entre o entusiasmo e a ausência das camadas populares. Quanto mais o vapor adentrava para o interior, mais gélida era a recepção. Desse modo, possivelmente, a embarcação tenha ido até a cidade de Pão de Açúcar. O jornal de oposição assim descreveu a experiência do conde pelas cidades do São Francisco:

Em Propriá, o Conde D'Eu não foi bem recebido.

Percorreu toda a cidade, acompanhando-o somente duas pessoas: srs. Manoel Maximiliano, digno chefe do partido liberal, daquela

cidade e o professor público Mello.

Parabéns a Propriá!

Em Pão d'Assúcar, central cidade da província das Alagoas, o sr. Gaston d'Orleans teve uma recepção muitíssimo fria.

Na véspera de sua chegada escreveram pelas travessas proclamações republicanas, e ao saltar, um conceituado negociante do lugar levantou uma lindíssima bandeira com o dizer:

- Pavilhão Federal.

O viajante visitou a casa da Câmara, não se apresentando para recebê-lo um só vereador. (CONDE..., 1889, p. 3).

De acordo com o impresso de oposição, que buscava denegrir a imagem da monarquia, a experiência de Gaston d'Orleans nos sertões do norte não foi prodigiosa. Pelo contrário, até mesmo grupos da elite política e econômica municipal se voltavam contra a presença do visitante. Um indício disso seria a suposta ausência dos vereadores para recepcioná-lo. No dia 27 de agosto de 1889, o vapor Alagoas atracou em Penedo, importante cidade do sul da província alagoana, na qual ocorreu uma festa imponente e, provavelmente, com ampla participação das camadas populares. Um indício dessa participação do povo foi uma notícia timidamente publicada em *O Republicano* da cidade sergipana de Laranjeiras, na qual asseverava: "Em Penedo o sr. Conde D'Eu foi muito bem recebido" (CONDE..., 1889, p. 3). Um jornal de teor republicano, em plena campanha de oposição à monarquia expressar uma boa recepção ao herdeiro do trono, certamente implica em uma saudação de forte presença popular. No anoitecer do dia seguinte, o vapor saiu com destino à província vizinha, Sergipe. A longa viagem, após dois meses, chegara finalmente nas duas últimas províncias a serem visitadas antes do retorno para a corte.

Aracaju e seu dia de corte

Na pequena província de Sergipe, as lideranças políticas constituíram uma comissão a fim de organizar as solenidades em torno da presença do ilustre membro da família imperial. O presidente da província, Jerônimo Sodré Pereira, tratou logo de divulgar os preparativos da festa, convidando as camadas populares para os atos a serem realizados. A divulgação expressava o desejo de contar com ampla participação de diferentes setores da sociedade local. No dia 22 de agosto de 1889, o jornal *A Reforma* divulgou a seguinte notícia:

Recepção de S. A. Imperial

S. exce. O sr. Cons. Sodré, no intuito de reunir os esforços de todas as classes para a recepção do Augusto Viajante, que deve brevemente aportar à nossa cidade, nomeou três comissões que devem dirigir a manifestação popular, que se está espontaneamente preparando.

É de esperar do zelo e patriotismo, nunca desmentidos, dos ilustres cavalheiros que compõem as citadas comissões que a festa seja realmente digna do Hóspede a que é dirigida.

Damos em seguida a lista de nomes dos membros das comissões.

1ª

João Victor de Mattos

José Augusto Cezar Ferreira

Commendador Prado Pires

Nicolau Pungito

Manoel Gonçalves Machado
 Francisco Ambrózio Ferreira
 Antônio Joaquim de Mattos
 Joaquim Coutinho Cedro
 José Agostinho do Nascimento
 José Baptista da Silva Costa
 José Francisco da Silva Zacarias.
 2ª
 Lourenço Pinto Monteiro
 João Felizola Zucarino
 Antônio J. S. Cardoso
 José Alves da Costa
 Pedro José Pereira Espinho
 Major Martinho de Lima
 Vicente Freire Barretto
 José Rodrigues Bastos Coelho
 Commendador Francisco C.
 Guilherme José Vieira
 Cololino Jardim Fontes
 Jacintho Gentil
 Antônio Jorge de Andrade
 Geminiano Jorge do Nascimento
 Gervázio de Freitas Maia
 João Pereira Coelho
 3ª
 Simeão da Motta Rabello
 Dr. Daniel Henninger
 Jocundo do Rosário Moura
 Manoel Antônio da Cunha Aragão
 Pedro Antônio de Almeida Motta
 Estevão Pereira Coelho
 Jacyntho M. Almeida Figueira
 Francisco Carlos Muniz
 Domingos de S. Thiago
 Alexandrino de S. Thiago
 Manoel Geraldo de Sá
 Aristóteles Ramos de Menezes. (VISITA..., 1889, p. 1).

Uma lista ampla, com a inserção de comerciantes e políticos da jovem capital no norte do Brasil. Apesar de não haver precisão acerca da data de chegada do príncipe, os membros das três comissões deveriam agir no intuito de mobilizar a participação dos diferentes segmentos da sociedade, como testemunho da fidelidade do povo sergipano aos princípios monárquicos. Ao que parece, os sergipanos foram mais efusivos do que os provincianos do Pará, Maranhão e Pernambuco e menos entusiastas do que os da vizinha Bahia. Essa forte adesão à monarquia na província de Sergipe pode ser compreendida como resultante de um tardio surgimento do movimento republicano na esfera local, muito centrado na figura de intelectuais formados pela Faculdade de Direito de Recife, discípulos de Tobias Barreto e Sílvio Romero; bem como oriundos dos bancos da Faculdade de Medicina da Bahia, como Felisbelo Freire e Josino Menezes. Mesmo assim, a eclosão desse movimento teria ocorrido apenas a partir de 1887. Como elucida a historiadora Maria Thetis Nunes (2006, p. 260), “na Província de Sergipe, o surgimento de um centro de propaganda aconteceu na cidade de Estância com a reunião em 21 de agosto de 1887 na redação do jornal Farol”.

Certamente uma investigação mais detalhada nos impressos locais deve revelar a pre-

sença de organizações antes desta data, com a eclosão do republicanismo, mas dificilmente anteriores à década de 80 do século XIX. Nos idos de 1889, a província constituía um verdadeiro celeiro de apoio à monarquia, na qual, a elite política açucareira e atrelada ao regime, detinha monopólio nos pleitos eleitorais. Apesar das adesões republicanas ocorridas ao longo de 1889, com políticos de cidades importantes como Laranjeiras, Propriá e a vila de Itaporanga, nas eleições gerais, o domínio permanecia com os monarquistas liberais. De acordo com Ibarê Dantas, principal estudioso da história política sergipana,

O Imperador dissolveu a Câmara e marcou eleições para 31.08.1889. Os republicanos apresentaram chapa, mas o resultado foi desanimador. Leandro Maciel cedeu o primeiro distrito para Coelho e Campos, contribuindo para afastar Menezes Prado. João Dantas Martins dos Reis concorreu com Sancho de Barros Pimentel no 3º distrito e foi derrotado por 277 a 422 votos. No quarto distrito, nenhum candidato foi lançado pelos opositoristas. Afinal, os conservadores não elegeram nenhum candidato. (DANTAS, 2009, p. 204).

A visita oficial do Conde d'Eu a Sergipe ocorreu em um momento marcado pelas eleições para a Câmara dos Deputados Gerais. O cenário político local revelava ainda uma fragilidade partidária dos republicanos, imersos em um entusiasmo sem respaldo das urnas, assim como o declínio eleitoral de políticos conservadores, como o filho da baronesa de Entre Rios, Leandro Maciel. Aparentemente, mais forte do que as campanhas em prol da República, eram os conflitos entre os políticos locais fracionados em grupos que representavam mais os interesses individuais do que as tendências político-partidárias. Nunes (2006, p. 262) explicita essa reorganização dos políticos provinciais:

Em 31 de agosto de 1889 realizaram-se as eleições gerais, que seriam as últimas do Império, às quais os republicanos de Sergipe se lançaram com entusiasmo e otimismo na vitória de seus candidatos, Sílvio Romero, Josino Menezes, entre outros. Decepcionados, assistiram a ser derrotados, como aconteceu com Josino de Menezes, em Itaporanga pelo concorrente, o visconde de Maracaju, Ministro da Guerra, imposto pelo Gabinete Liberal, inclusive com a adesão do partido republicano local.

Nesse cenário cravado entre as esperanças e as decepções, sob o comando do presidente da província, a elite local empreendeu a organização dos atos de recepção do futuro monarca. A preocupação dos membros das comissões, assim como a do próprio presidente da província, era evitar o constrangimento ocorrido nas capitais visitadas anteriormente, nas quais havia muita pompa e cerimônia e pouca participação popular. Nos anos incertos da crise política, era difícil mobilizar as massas para aplaudir uma personalidade impopular e de nome estranho. A popularização de seu nome era construída com base na sua associação com o nome de sua esposa, a princesa Isabel, também vista com desconfiança pelo excessivo zelo com as coisas de religião. Por esse motivo, o presidente Jerônimo Sodré publicou uma carta circular convocando a população para ir às ruas aplaudir o príncipe:

Carta circular
Autorizados pelo exmo. Sr. Presidente Sodré, damos a publicidade da carta circular que sua exc. Dirige convidando para a recepção de

S. A. o Sr. Conde d'Eu, que é esperado n'esta capital.

S. exc. Para dar maior realce a festa que prepara a tão illustre Hospede, não se tem poupado.

Espera s. exc. Que a população d'esta capital e da provincia concorra com sua presença para abrilhantar a festa, sem distincção de cor, política, nem hierarchias sociaes.

Palácio do Governo de Sergipe

Aracaju, 21 de agosto de 1889.

Illm. Sr.

Devido chegar a esta capital no dia 23 do corrente mez, Sua Alteza Imperial o Senhor Conde d'Eu, convido a v. s. para apresentar-se ao desembarque, que tem de effectuar-se na ponte do Imperador.

Espera esta presidência, confiando no seo patriotismo e dedicação à Augusta Família Imperial, nem só a sua presença, contando ainda todo o esforço para que esta provincia, como seu costume e generosidade, receba com todo o esplendor tão illustre Hóspede.

Sou com súbita estima e consideração.

D. V.

Patricio affectuoso obrigado

Dr. Jerônimo Sodré Pereira. (VISITA..., 1889, p. 2).

De acordo com o jornal noticioso vinculado ao presidente provincial, esperava-se o desembarque do Conde d'Eu no dia 23 de agosto de 1889. Contudo, a inserção de compromissos com políticos das provincias do norte provocou um atraso no cronograma da viagem, fato que comprometia até mesmo a presença do príncipe nas festividades da Independência a serem realizadas na corte no dia 7 de setembro. Com esses atrasos, o vapor Alagoas só adentraria o estuário do Rio Sergipe no dia 28 de agosto, ou seja, cinco dias após o previsto pelo anúncio do presidente provincial. Com a certeza da chegada do príncipe-consorte, a comissão passou a intervir por meio da imprensa, no intuito de estimular os atos "voluntários" de aclamação ao visitante:

Secção livre

S. A. o Sr. Conde d'Eu

Aos habitantes deste bella e generosa cidade, pede à comissão encarecida de promover a illuminação das ruas e praças da mesma, para festejar a estada entre nós de S. A. o Sr. Conde d'Eu, o gloriozo heroe de Pirabebuy, o especial obséquo de illuminarem a frente de suas casas, dando assim uma prova de alto apreço à pessoa de tão elevado Hóspede.

A comissão. (SECÇÃO..., 1889, p. 4).

As ações das comissões de recepção do príncipe estavam voltadas para a construção de uma concepção voltada para a ampla participação popular. Tratava-se de uma festa, de um evento que extrapolava o campo da oficialidade e se voltava para o povo, para o âmbito das ruas e praças da capital provincial. Os pedidos para que os moradores das ruas do centro da cidade iluminassem as fachadas de suas casas evidencia uma busca exacerbada pelo viés popular, bem como o uso recorrente de termos como manifestações "espontâneas" ou "manifestações populares". Os textos, por mais irônico que pareçam, convocam todos os segmentos sociais, sem distinção de cor, condição social ou hierarquia. No dia em que a capital sergipana vivenciaria a pompa de uma corte, as distinções deveriam ser amenizadas, sufocadas, silenciadas como interstício da magnitude da celebração e da suposta expectativa popular. Revela-se o apelo ao popular como condição *sine qua non* de reafirmação

identitária da política imperial.

Com ruas iluminadas, na madrugada de 29 de agosto de 1889, finalmente chegara na capital provincial o vapor com seu tripulante imperial. Os primeiros passos do futuro monarca na província foram descritos detalhadamente, como se fossem um diário com conotações quase fotográficas acerca das ações de um integrante da família imperial em plagas tão longínquas e na qual a maior parte da população pouco sabia dos modos existentes na corte. Tudo foi narrado como novidade, como atos solenes de uma monarquia representada como esfera do *glamour*, bem diferente das condições despojadas existentes nos palácios cariocas. A chegada é uma expressão de retorno ao passado. Aliás, o passado é reificado por meio da presença do Conde d'Eu na icônica ponte do Imperador, monumento repensado, mas símbolo mnemônico da primeira experiência aracajuana com a visita da família imperial nos idos de janeiro de 1860. O enredo tingido nas páginas do impresso do governo provincial engendra um circuito que se direciona para o monumento que unia os dois tempos, que tornava o passado contemporâneo do presente. Observe a descrição da chegada:

Recepção de S. A. Imperial o Sr. Conde D'Eu

Chegada

Logo que a primeira gyrandola de foguetes anunciou que o paquete Uma se aproximava d'este porto, embarcaram na galeota que fôra preparada para o desembarque de S. A. Imperial, s. exc. O sr. Cons. Presidente da província, seu secretário, ajudante de ordens, o dr. Chefe de polícia e a comissão especial de recepção, composta dos exms. Srs. Senador barão da Estância, coronel José de Faro Rollemberg, primeiro vice-presidente da província dr. Thomaz Rodrigues da Cruz e major Fausto de Aguiar Botto.

Em diversos outros escares e nos dois vapores da Empresa Fluvial, foram os chefes das principaes repartições da província, grande número de funcionários públicos, diversas pessoas gradas e representantes da imprensa, commércio, indústria e lavoura.

O povo que desde pela manhã afluira para a praça do Imperador, attrahido pelo aspecto de belleza de sua ornamentação, formou compacta massa na parte do caes que segue desde o edificio da capitania do porto até a esquina do mercado.

As sete horas da manhã, pouco mais ou menos, cortara galhardamente as águas da famosa bahia do Cotinguiaba o vapor da companhia galeota imperial e s. ex. o sr. Cons. Presidente da província e comissão de recepção foram apresentar S. A. as suas saudações.

Trocados os cumprimentos do estylo, tomou immediatamente lugar na galeota o Illustre Viajante, sendo acompanhado pelo exm. Sr. barão de Corumbá, negociante A. Dallas, director da Companhia Pernambucana, que vai fazendo as honras a S. A. a bordo do paquete, e as mais pessoas que acima já demos noticia.

S. A. Imperial desembarcou na ponte do Imperador, por entre a multidão de povo que o saudava com entusiasmo. Trajava calça e *croiséé* pretos, collete branco e chapéo alto. (RECEPÇÃO..., 1889, p. 1).

Instigante perceber a preocupação do noticiador em expressar a elevada participação popular na recepção do Conde d'Eu. Não simplesmente como uma presença, mas de fato uma participação entusiástica, com regozijo. Pelas descrições do jornal, o príncipe teria

sido aclamado na ponte do Imperador, como uma reverência ao esposo da nova imperatriz brasileira, uma antecipação do terceiro reinado vindouro. Evidentemente, as descrições presentes nos impressos não devem ser tomadas como discursos legítimos do vivido, mas sim, como narrativas acerca do tempo presente, olhares construtores dos fatos imediatos. Robert Darton (1990, p. 18) alerta sobre os riscos de sedução oriundos das fontes impressas, das notícias veiculadas em jornais, ao afirmar que

[...] a notícia não é o que aconteceu no passado imediato e sim o relato de alguém sobre o que ocorreu. Essa ligação me parece convincente, pois todos os dias encontro historiadores profissionais, de ambos os sexos, adultos em plena posse de suas faculdades mentais, que tratam os jornais como coletâneas de relatos.

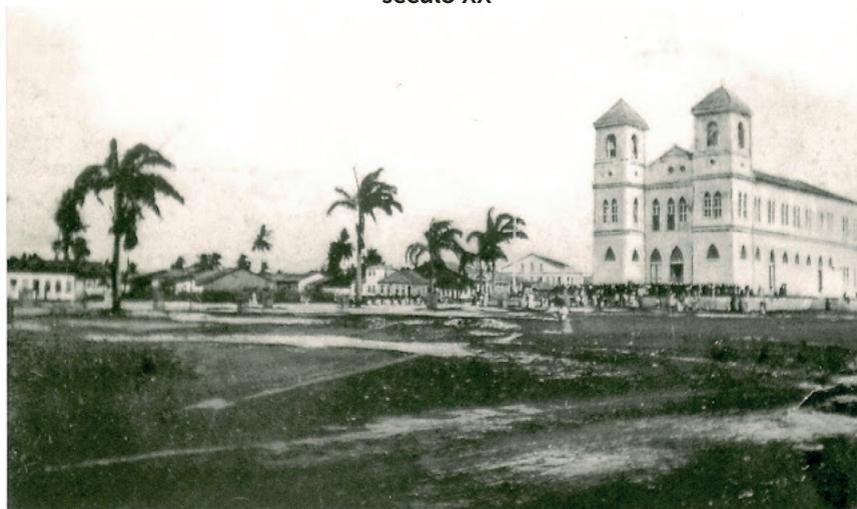
Nesse caso, para evitar as seduições da memória produzida em outrora, torna-se salutar confrontar os relatos produzidos por intelectuais vinculados ao regime e por opositores ao mesmo, no intuito de encontrar um ponto de equilíbrio.

Outra questão relevante na notícia apresentada é o aparecimento de políticos prestigiados no cenário provincial, cujos nomes não constavam nas comissões nomeadas pelo presidente provincial, mas estavam entre os primeiros a cumprimentar o príncipe-consorte na emblemática ponte do Imperador. Nomes como o do Barão da Estância, de José de Faro Rollemberg e de Fausto Botto, elucidam a permanência dessas lideranças locais na política imperial. Aracaju se firmava como um reduto de importantes políticos que continuavam apoiando a monarquia. É importante ressaltar que um dos principais amigos do Conde d'Eu era um político sergipano, o então Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, que três dias após a saída do genro do imperador, seria eleito deputado geral.

Acompanhado por importantes políticos provinciais, o Conde d'Eu foi saudado pela população que se dirigiu até as margens do Rio Sergipe. É justamente no momento que o cronista narra a recepção na ponte do Imperador, que apresenta um teor menos politizado, voltado para a etiqueta da corte, com a descrição das vestes imperiais. A descrição do impresso revela as vestes usadas pelo conde, possivelmente consonantes com as descrições feitas alguns anos antes pelo viajante alemão Koseritz acerca dos rituais na corte, no qual o Conde d'Eu com "grande uniforme de marechal-do-campo, causa muito boa impressão" (KOSERITZ, 1972, p. 32). O ato de descrever as vestes é uma ação de tornar a cena visível, de concretizar a visualidade de uma corte implantada efemeramente em solo provincial.

Após o desembarque, Gaston d'Orleans repetiu o itinerário da sua passagem pelas cidades anteriores, com a solicitação para visitar um templo no qual pudesse agradecer pela excursão. Com isso, ele foi levado para a nova sede da Freguesia Nossa Senhora da Conceição, a igreja matriz da capital (Figura 1). Na época, o edifício católico ainda apresentava traços simples e tinha sido inaugurado há poucos anos, com a transferência da sede paroquial da ermida de São Salvador para a Matriz da Conceição.

Figura 1 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Aracaju no início do século XX



Fonte: Acervo do Memorial de Sergipe (UNIT).

O templo da capital foi construído em estilo eclético, com uma predominância de elementos do neoclássico, permeados por traços do neogótico, como os arcos em ogiva das portas frontais. Na fachada, além da simbiose de estilos que estavam na moda, ao longo da segunda metade do século XIX, destacavam-se o relógio, símbolo dos tempos de modernidade, com a demarcação do tempo e o grande sino, no alto da torre esquerda. Diante do templo encontrava-se uma ampla praça, ainda sem pavimentação, mas já cercada de palácios públicos. No itinerário entre a ponte do Imperador e a igreja da Conceição havia um amplo corredor, cercado por palmeiras, no qual eram realizadas as procissões de Bom Jesus dos Navegantes no primeiro dia do ano desde 1856. A Matriz da Imaculada Conceição era tida, na época da visita, como o principal monumento da jovem cidade, fundada nos idos de 1855, sobre os manguezais. Nunes (2006, p. 296) elucida o fato de, após “a fundação da cidade, vencendo as areias e mangues da região, tornou importante a arquitetura sergipana com a construção dos palácios do Governo e da Assembléia, as igrejas São Salvador e Matriz Nossa Senhora da Conceição, a ponte do Imperador e várias repartições públicas”. Outro fato importante era a presença de alguns elementos no interior do templo que denotavam a formação de uma vida musical na cidade. Trata-se do órgão doado pelo Barão de Aracaju. O impresso *Sergipe* descreveu a doação do nobre sergipano para a nova Matriz:

Órgão da Matriz – Está prestes a concluir-se, sob a direção do professor João Luiz de Goes, o serviço do assentamento do órgão, que à Matriz desta capital ofereceu o exm. Sr. Barão do Aracaju. É um rico instrumento, talvez o de mais lindo efeito da província,

muito bem construído, e de vozes muito claras e harmoniosas.

O exm. Sr. Barão do Aracaju com o presente que acaba de fazer, deu uma prova inequívoca de seus sentimentos religiosos e de dedicação à cidade, cujo nome completa o título heráldico de s. ex. (ÓRGÃO..., 1881, p. 3).

A capital provincial, apesar de ainda contar com características de uma cidade em construção, já apresentava edifícios imponentes, incluindo instrumentos musicais que denotam a presença das práticas de sociabilidades. Contudo, a narrativa sobre a rápida visita de Gaston d'Orleans ao templo revela outra fresta das artes brasileiras no oitocentos. Expressa a circulação de informações acerca do mundo da pintura, na qual a família imperial e os nobres integrantes da corte nacional discutiam sobre a vida de artistas fora do âmbito da Escola Imperial de Belas Artes. Neste sentido, artistas com trajetória construída entre as províncias do norte e a Europa também eram assunto na corte imperial, como pode ser observado na descrição da visita do Conde d'Eu a Matriz da Conceição.

Manifestando o desejo de ir a um templo agradecer a Deus a felicidade de sua viagem, seguiu o Illustre Viajante, acompanhado do cons. Jeronymo Sodré Pereira e da imensa multidão popular, que não cessava de saudar freneticamente, para a igreja Matriz, em cujo pórtico foi recebido pelos revs. Padres Job de Magalhães e Diogo de Sant'Anna, devidamente paramentados.

Depois de ter feito curta oração, S. A. percorreu todo o edifício, extasiando-se diante da tela de Horácio Hora, cujo nome mostrou conhecer, e tomando minuciosas informações sobre as obras que ali estão em andamento. (RECEPÇÃO..., 1889, p. 1).

A tela "A Virgem", executada por Horácio Hora, na Escola de Belas Artes de Paris, em 1878, era uma cópia do famoso quadro do pintor espanhol Murillo. Tratava-se de sua obra inaugural, como instrumento dos estudos na famosa escola de artes da França. Filho de uma família pobre de Laranjeiras, Horácio Hora só conseguiu realizar sua viagem de estudos para a Europa graças à disponibilização de uma bolsa de estudos pelo governo provincial de Sergipe. Deste modo, como forma de agradecimento ao governo pelo apoio e também como forma de comprovar o seu aprendizado e justificar a sua permanência no velho continente, Horácio Hora enviou o seu primeiro quadro para ser entregue ao governo. A obra ficou exposta no Palácio Provincial para visitação pública e, posteriormente, foi doado à Igreja Matriz da cidade.

Na época da visita do Conde d'Eu, nos idos de 1889, o referido quadro encontrava-se exposto no altar-mor da Matriz. Certamente se tratava de um posicionamento que elevava a obra de arte a um importante patamar, pois permitia a sua iluminação por meio dos raios de sol que adentravam ao templo pelas portas frontais. O quadro encontrava-se em uma posição modo similar às exposições das pinturas dos templos clássicos da Europa. Esse posicionamento também permitia aos fiéis ou visitantes a sua admiração, visível a altura dos olhos, com a impressionante imagem da Virgem cercada de nuvens e querubins, com os olhos fitos para o céu.

Na rápida passagem por Aracaju, o Conde d'Eu visitou inúmeras instituições do centro

da cidade, como a Escola Normal, a Assembleia Provincial, a casa dos Correios, a Tesouraria de Fazenda e a Câmara Municipal. Em cada instituição visitada, havia funcionários e representantes para recepcioná-lo. Na Câmara do município, ele teria proferido um breve discurso. Posteriormente, toda a comitiva se dirigiu para o Palácio Provincial, onde estava a esposa do presidente da província, Anna Carolina Dantas, para cumprimentar o visitante, e o corpo escolar do Collegio 24 de Outubro, entoando cânticos compostos em homenagens ao conde. A apresentação foi acompanhada pelo *harmonium* da diretora da instituição, a professora Domitilla de Sant'iago.

Após essa longa jornada, repleta de reuniões e compromissos com autoridades locais, chegara, finalmente, o momento do banquete imperial. O almoço foi organizado pelas comissões, levando-se em consideração as dificuldades enfrentadas pelos cofres públicos. Para a historiadora Maria Thetis Nunes (2006, p. 280), "Sergipe vivia momentos de grandes dificuldades econômicas nos últimos anos do Império, atesta o desequilíbrio entre a receita e a despesa no orçamento previsto para 1889". Todos os presentes foram convidados para a sala de refeições do palácio, como sugere o impresso:

Almoço

Às onze horas do dia dirigiu-se S. A. Imperial para a sala das refeições, que se achava elegantemente ornada.

Ocupou-se o Illustre Príncipe o lugar de honra, convidando para colocarem-se a seus lados a exma. Sra. D. Anna Sodré e uma das interessantes filhas do dr. Chefe de polícia. Convidou mais para colocar-se perto de si, o nobre senador barão da Estância.

Defronte de S. A. sentou-se o sr. Cons. Presidente da província, tendo a sua direita o sr. Barão de Corumbá, e a esquerda o dr. Chefe de polícia.

A convite de S. A. tomaram logar também na meza o sr. Coronel José de Faro, dr. Thomaz Cruz, major Fausto Botto, dr. Barros Pimentel, A. Dallas, inspectores do tesouro provincial, tesouraria de fazenda e alfândega d'esta cidade, dr. Diretor do ensino público, capitão do porto, o desembargador Gonçalves Martins, dr. Feliciano Prazeres, secretário da presidência, drs juiz municipal e promotor público da capital, o oficial de gabinete da presidência e o chefe da estação telegráfica.

O serviço constou do seguinte MENU

Hors d' ceuvars

Sardines, mortadelle, olives

Entrées

Mayonnise à la Conde d'Eu

Omlette aux fines herbes

Cortelottes de mouton à la princesse Imperials

Files aux petis pois

DESSERTS ASSORTIS

Fruits, geleaux, biscuits, fromages, etc.

VINS

Figueire, Bordeaux, Madère, Porto, Xerès, Champagne.

BOISSONS

Café noir, café au lait, thé vert, thé noir, etc.

LIQUEURS

Cognac, Anisette, etc.

Ao dessert, s. exc. O sr. Cons. Presidente da província encetou a série de brindes, saudando, com a eloquência de que dispõe, S. A. Imperial

O Illustre Príncipe agradeceu, cumprimentando por sua vez o povo sergipano e a briosa população desta cidade.

Fallaram mais:

O sr. Barão da Estância que brindou s. exc. Cons. Presidente da província;

O sr. Coronel José de Faro que saudou o sr. Barão de Corumbá, uma das glórias da marinha nacional;

E o presidente da câmara da capital que, em nome de seus municípes, endereçou também algumas felicitações a S. A.

O brinde de honra foi feito pelo sr. Cons. Jeronymo Sodré a S. M. o Imperador, que foi freneticamente saudado por todas as pessoas presentes. (RECEPÇÃO..., 1889, p. 1).

O detalhamento das solenidades em torno do almoço imperial, assim como dos rituais preparativos e do *menu*, podem ser vistas como fontes valiosas acerca da ritualização das refeições como um ato público e político na monarquia brasileira, assim como elucidam sobre os hábitos alimentares das elites nas províncias do antigo norte do Brasil na segunda metade do século XIX. Após a refeição, a comitiva se dirigiu para outras instituições, como as escolas públicas do sexo feminino, a casa Monte Pio dos Artistas, a prisão provincial, o tesouro provincial, a alfândega, a Secretaria de governo e o Hospital de Caridade. Em cada instituição ocorreu uma recepção pelos seus respectivos diretores, além de funcionários e sujeitos das camadas populares. Foi recorrente o uso da ocasião especial pelos moradores da cidade para entregar-lhe solicitações e petições de graça, especialmente entre os prisioneiros. Todo o trajeto teria sido “acompanhado por grande massa de povo, que não cessava de saudá-lo e à Família Imperial” (RECEPÇÃO..., 1889, p. 1). A presença das camadas populares em Aracaju, assim como a ausência desses grupos em Propriá, faz refletir acerca da suposta apatia do povo diante da crise do Império do Brasil, como se estivessem à margem das questões políticas. A viagem do conde pelo norte reflete, em grande parte, a rejeição de uma política centralizadora, que marginalizava as províncias periféricas.

A participação das camadas populares na recepção ao Conde d’Eu sempre é alvo de dúvidas, pois as fontes são extremamente engajadas na defesa da manutenção do prestígio do regime monárquico, ou, com forte teor de crítica ao mesmo. Entretanto, o silêncio dos jornais republicanos acerca da recepção no tocante à participação do povo elucidam uma maior plausibilidade de realmente ter contado com uma expressiva presença das elites e das camadas populares nos festejos. O cotejamento entre os dois relatos referente ao episódio possibilita a compreensão de como a população do norte entendia o contexto político, como estavam inseridos e divididos entre as tendências monarquistas e republicanas, bem como elucidam as dúvidas sobre a capacidade do príncipe em reger o grande Império. Um caso expressivo dessas representações, posse ser observado na seguinte publicação do jornal *A Reforma*:

Voltando a palácio, montou a cavalo, e acompanhado do sr. Cons. Sodré, barão da Estância, coronel José de Faro, major Fausto Botto, dr. Chefe de polícia dr. Siqueira de Menezes, ajudante de ordens da presidência, o director desta folha Apulchro Motta, official do gabinete negociante José Victor de Mattos, capitão Emigdio

Barroso e dois cadetes de linha que serviram de batedores – dirigiu-se ao quartel de linha. (RECEPÇÃO..., 1889, p. 1).

Toda a cúpula política da província acompanhava Gaston d'Orleans em seu passeio equestre pelas ruas da cidade, no intuito de fazer uma visita a algumas instituições localizadas na região periférica, como o quartel e a fábrica de tecidos Sergipe Industrial. Na principal indústria da província, o príncipe encontrou-se com Francisco José Alves, o principal entusiasta da campanha abolicionista em Sergipe, que lhe dirigiu a palavra "em nome dos libertos pela áurea lei de 13 de Maio do anno que findou" (RECEPÇÃO..., 1889, p. 1). Contudo, nem tudo ocorreu dentro do planejado ao longo desse passeio equestre. Um episódio cômico foi usado como estopim para os opositores questionarem a habilidade e destreza do futuro monarca.

Uma nota cômica
Deram ao Conde d'Eu um animal para cavalgar, a fim de percorrer os subúrbios da capital.
Era um guête possante, gordo, excellente n'uma palavra.
O Conde monta-o
O animal, fogoso, começa a saltar, etc, não encontrando mão firme nas redes para o guiar.
O Conde faz, então uma figura grotesca e teria ido redondamente ao chão se muitas pessoas não o rodeassem e contivessem o animal.
Até os animais de Sergipe revoltam-se com a presença do aventureiro; não é só a população briosa e independente!
E um general que nem ao menos sabe equilibrar-se sobre um cavallo, poderá em tempo algum ser heróe em uma encarniçada batalha?
Tartufa!
Rouba até a glória do heroico soldado brasileiro!
Protestemos, cidadãos sergipanos, contra a especulação do sr. Conde d'Eu. (CONDE..., 1889, p. 2).

O descontrole do príncipe sobre um cavalo é apresentado na imprensa oposicionista como uma comprovação de sua inabilidade para a administração do Império do Brasil. Se nas ruas da capital sergipana não ocorreram vaia como foram ouvidas em Recife (CONDE..., 1889, p. 2), os animais se tornaram insurretos com a presença monárquica. A quase queda do cavalo é apresentada como um indício da derrocada do império, da fragilidade de um regime que era incapaz de manter-se, de construir a imagem de segurança de si perante o outro. Se Schwarcz (2008, p. 244) enfatiza como imagem dos tempos áureos do Império "o conde D'Eu montado em seu cavalo sangue-puro", no antigo norte do Brasil, as desventuras sobre um cavalo testemunhavam o fim de uma era. O uso do termo ausência de mão firme seria até uma provocação ao poderio de masculinidade do conde, ou seja, um varão que mal consegue montar e injustamente teria se tornado herói de guerra.

Além disso, uma das virtudes do governo imperial, paulatinamente, transmutou-se no calcanhar de Aquiles. "A defesa intransigente da liberdade de imprensa tinha alto custo para d. Pedro. Ele, Isabel e o conde d'Eu eram vítimas constantes de ataques de jornais", como salientou Carvalho (2007, p. 85). No final do século XIX, Gaston d'Orleans tornou-se uma das figuras *non gratas* da sociedade brasileira, ou como assevera Schwarcz (2008, p.

432), “tornara-se figura bastante impopular. Corriam muitos boatos sobre a avareza dele e, inclusive, sobre seus negócios espúrios”. Na província de Sergipe, ao longo de todo o dia, o referido conde teria usado de sua caridade apenas uma vez, com a oferta de um donativo para ser repartido entre a casa Monte Pio dos Artistas e os pobres da cidade (RECEPÇÃO..., 1889, p. 2). A fama de pão-duro presente na biografia do conde parece ter sido construída com afínco.

Às quatro da tarde o conde teria que embarcar para continuar sua viagem, onde iria visitar inúmeras cidades da Bahia, como Salvador, Santo Amaro e Cachoeira. Com isso, ele não aceitou o convite para o jantar e para o baile que ocorreria nos salões do Palácio Provincial. De acordo, com o Republicano,

[...] os pretos livres pela humanitária lei de 13 de Maio ergueram-lhe vivas e offereceram-lhe bouguets de espirradeiras. [...] uma comissão destas foi pedir-lhe para demorar a viagem, afim de assistir a nota mais apurada da festa, que lhe haviam preparado. O descendente de Felipe Egalité não attendeu as Exmas Sras. Grosseiro! (CONDE..., 1889, p. 2).

Após um rápido lanche, o conde atravessou a praça do Imperador, que encontrava-se toda enfeitada com mais de 200 balões coloridos, como se fosse uma Veneza. O príncipe embarcava no vapor *Una* e continuava sua viagem, em direção ao sul do Império. Na capital, os políticos se voltavam para o banquete da noite e o povo para os espetáculos da praça, com apresentações do corpo de polícia, em uma festa que adentrou a madrugada. Certamente, essa foi a festa de despedida de um nobre da corte e também o adeus de um regime político. A passagem do Conde d’Eu pelas províncias do norte foi o descerrar das cortinas do Império do Brasil. Após essa viagem, Gaston d’Orleans voltaria a ser tripulante, juntamente com toda a família imperial, na viagem de degredo, no dia 17 de novembro de 1889, com destino à Europa. Era o exílio. Eram novos tempos. O manto da vitória republicana cortara a cortina imperial.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: UNESP, 2007.

CALMON, Pedro. *A Princesa Isabel, a redentora*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CONDE d'Eu no Norte. *O Republicano*, Laranjeiras, n. 139, p. 3, 8 set. 1889, p. 3.

CURVELLO, Manoel. *Sergipe Republicano*: estudo crítico e histórico. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1896.

D'EU, Conde Gaston D'Orleans. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: EDUSP, 1981.

DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel*: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEL PRIORE, Mary. *O príncipe maldito*: traição e loucura na família imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto*: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008.

FOLHETIM. *Jornal do Povo*, Recife, n. 61, p. 1, Col. 4, 30 mar. 1889.

FREIRE, Felisbelo Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1891.

GOIS, Baltazar. *A República em Sergipe*. Aracaju: Estado de Sergipe, 1891.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias (Rio de Janeiro, 1822-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HARDMAN, Francisco Foot. Silva Jardim: a República e o vulcão. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 277-286, 1998.

JARDIM, Antônio da Silva. *Memórias e viagens* (I - Campanha de um propagandista, 1887-1890). Lisboa: Typ. Comp. Nacional, 1891.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Martins, 1972.

LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio Carvalho. *A propaganda republicana em Sergipe*. Diário da Manhã, Aracaju, 15 abr. 1918.

MUNDOS e fundos. *Jornal do Povo*, Recife, n. 125, p. 1, Col. 3 e 4, 21 jun. 1889.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840/1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,

2006.

O CONDE d'Eu. *Jornal do Povo*, Recife, n. 91, p. 1, Col. 5, 8 maio 1889.

OLIVEIRA, Jordão de. Horácio Hora. *Diário da Manhã*, Aracaju, p. 1, 20 jan. 1922.

ÓRGÃO da Matriz. *Sergipe*, Aracaju, Anno 2, n. 2, p. 3, 23 set. 1881.

RANGEL, Alberto. *Gastão de Orleans, o último conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1935.

RECEPÇÃO. *A Reforma*, Aracaju, n. 142, p. 1, 4 set. 1889.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "O Prefácio dos Tempos": caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX). 2015. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Nas barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SECÇÃO Livre. *A Reforma*, Aracaju, n. 140, p. 4, 28 ago. 1889.

SILVEIRA, Priscilla Araújo Guarino. "Doces memórias...": produção de doces na Usina Oiteirinhos em Sergipe durante a trajetória de Dona Baby (1954-1968). *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, MS, v. 2, n. 4, p. 82-99, 2013.

TAUNAY, Alfredo de Estragnolle, Visconde de. *Recordações de Guerra e de Viagem*. Brasília: Senado Federal, 2008.

ÚLTIMOS factos. *Jornal do Povo*, Recife, n. 136, p. 1. Col. 1, 9 jul. 1889a.

ÚLTIMOS factos. *Jornal do Povo*, Recife, n. 137, p. 1, Col. 1 e 2, 10 jul. 1889b.

UMA visita. *Jornal do Povo*, Recife, n. 113, p. 2, Col. 1, 5 jun. 1889.

VISITA Imperial. *A Reforma*, Aracaju, n. 139, p. 1-2, 22 ago. 1889.

VIAGEM do Conde d'Eu. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 de nov. 1886.

WYNNE, João Pires. *História de Sergipe (1575-1930)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970.

Notas

1 Até meados da década de 10 do século XX, o norte do Brasil era construído pelos estados que atualmente integram o Norte e o Nordeste do país (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009).

Magno Francisco de Jesus SANTOS. Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Avenida das Humanidades, s/n – Lagoa Nova, Natal - RN, CEP: 59078-970.

Recebido em 3/5/2016

Aprovado em 9/2/2017